

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.346 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 2001



Romeu Tuma pediu proteção policial para o inspetor do Banco Central Abraão Patrini Júnior

Tuma: Jader deve explicar operações do Banpará

Uma operação de desvio de recursos do Banpará movimentou cerca de US\$ 4 milhões e beneficiou 49 pessoas, segundo afirmou o senador Romeu Tuma, coordenador da comissão do Conselho de Ética que investiga denúncias contra o senador Jader Barbalho. Essa é uma das questões que deverá ser esclarecida por Jader à comissão, na quarta-feira, disse Tuma.

PÁGINA 11

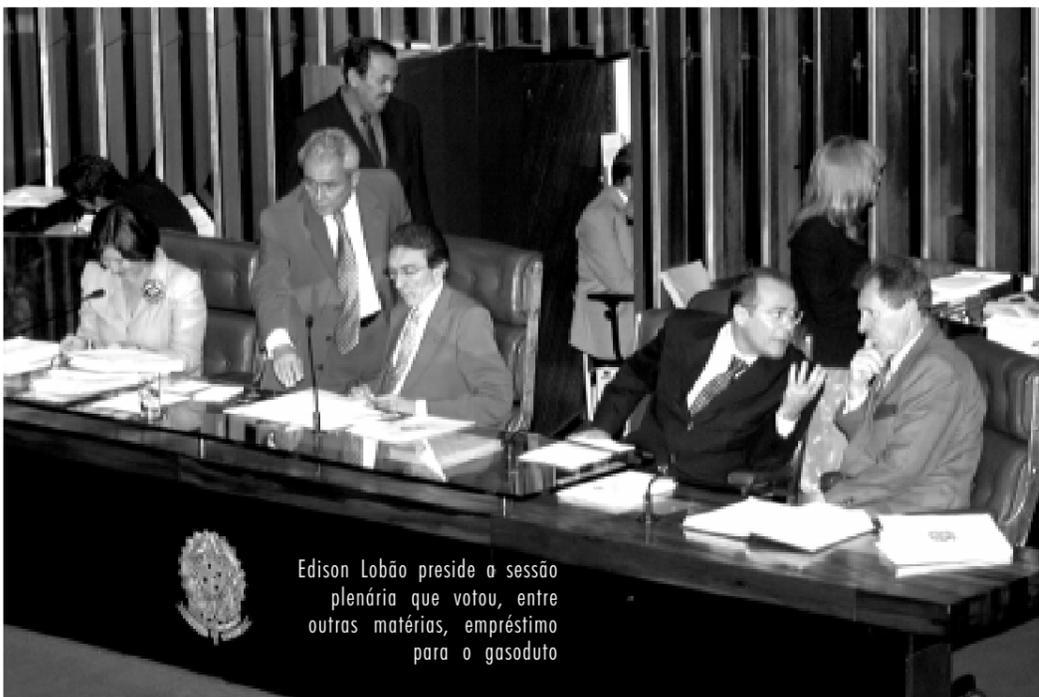
Teste psicológico periódico para motorista terá nova discussão

PÁGINA 7

Catálogo facilita acesso a informações do Senado

Novo serviço criado pela Secretaria de Comunicação Social amplia a divulgação dos trabalhos do Senado.

PÁGINA 9



Edison Lobão preside a sessão plenária que votou, entre outras matérias, empréstimo para o gasoduto

Senado aprova US\$ 180 milhões para gasoduto

Recursos destinam-se a obras do gasoduto Bolívia-Brasil, contribuindo para oferecer energia ao Centro-Sul do país, segundo relator do projeto

O Plenário do Senado aprovou ontem empréstimo do Banco Mundial, no valor de até US\$180 milhões, à Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil. A matéria segue agora para promulgação. O relator da proposta, senador Wel-

lington Roberto, destacou que o gasoduto objetiva o desenvolvimento de um mercado interno para gás natural, contribuindo para diversificar a matriz energética e contemplar a crescente demanda por energia.

PÁGINA 3



Reunião conjunta da CAE e da CRE debateu com norte-americanos o comércio entre Brasil e Estados Unidos

Emilia e Cândido condenam acordo espacial Brasil-EUA

PÁGINA 5

Senadores pedem fim do protecionismo norte-americano

Oito deputados norte-americanos participaram ontem de reunião conjunta da CAE e da CRE para debater a criação da Alca e o comércio multilateral. Eles ouviram dos senadores reivindicações de maior abertura do mercado para produtos brasileiros, redução dos subsídios à agricultura e implementação de uma política destinada a pôr fim ao protecionismo dos EUA.

PÁGINA 5



Segundo Jucá, Sérgio Amaral fez um "magnífico trabalho" na embaixada em Londres

Jucá saúda posse de Amaral na pasta do Desenvolvimento

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou a posse do embaixador Sérgio Amaral no cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ocorrida na manhã de ontem. Segundo o senador, Sérgio Amaral, além de ser pessoa de reconhecimento internacional, fez um magnífico trabalho à frente da embaixada do Brasil na Inglaterra. — O embaixador, a quem felicito, agora foi convocado a assumir o ministério pelo presidente Fernando Henrique, num momento em que é importante o esforço para implementarmos o crescimento econômico e ampliarmos as exportações — salientou. Romero Jucá também informou ter recebido documento encaminhado pela Câmara Municipal de Caracará, em Roraima, com o texto da nova lei orgânica. O senador disse que a lei foi amplamente discutida e representa os anseios da população local em relação ao funcionamento do município. Jucá pediu a transcrição integral da lei orgânica no Anais da Casa.



SEXTA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 2001

AGENDA

Presidente
Senador Edison Lobão (interino)

9h — Sessão não deliberativa

ESPECIAL

9h — Debate sobre o Estatuto da Cidade, com o objetivo de analisar o seu alcance, seu significado para as administrações municipais e para os cidadãos, e os efeitos esperados sobre o processo de organização territorial e o desenvolvimento urbano. Participantes: José Roberto Bassul, consultor legislativo do Senado; Haroldo Pinheiro de Queiroz, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); Paulo Octávio, presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi); e Ana Luiza Leão Osório, promotora de defesa da Ordem Urbanística. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

PREVISÃO PLENÁRIO

Segunda-feira
14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 36/01, autoriza o estado do Ceará a contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 7 milhões, equivalentes a R\$ 13,6 milhões; PR nº 37/01, autoriza o governo do estado de Pernambuco a contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a US\$ 5,1 milhões; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 8/95, dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal (isenção de ICMS); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/99, dá nova redação ao art. 243 da Constituição federal (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo); PLC nº 9/00, altera o art. 36 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Requerimento nº 408/01, do senador Arlindo Porto, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 127/01, de sua autoria; e Requerimento nº 430/01, do senador Osmar Dias, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 102/01-Complementar, de sua autoria.

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 8/95, dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal (isenção de ICMS); Mensagem nº 100/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil para exercer a função de embaixadora do Brasil junto à República de El Salvador; Mensagem nº 164/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Marco Antônio Diniz Brandão para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia; Parecer nº 828/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de

José Coelho Ferreira para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/99, dá nova redação ao art. 243 da Constituição federal (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); e PLC nº 86/96, altera o parágrafo 1º do art. 39 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro.

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: homenagem a Pedro Aleixo pelo transcurso do centenário de seu nascimento. Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias); votação, em primeiro turno, da PEC nº 6/98, inclui no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; votação, em primeiro turno, da PEC nº 11/98, acrescenta parágrafo ao art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a situação funcional dos servidores e empregados públicos federais legalmente cedidos a órgãos e entidades da União; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/99, dá nova redação ao art. 243 da Constituição federal (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo); PLS nº 190/99-Complementar; altera a Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes deste até o segundo grau; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária; Requerimento nº 416/01, do senador Carlos Patrocínio, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 67/01, de sua autoria; Requerimento nº 431/01, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 242/00 e 98/01, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 441/01, do senador Jefferson Péres, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 27/01, de sua autoria.

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
10h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 26/99, que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone. Convidados: professor Aymar Sperli, assistente do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Ciência Médica da Santa Casa de São Paulo; deputado Jamil Haddad, médico ortopedista e ex-ministro da Saúde; Bárbara Ferreira, do Comitê das Vítimas do Silicone; dos representantes Marcos Ávila, do Conselho Brasileiro

de Oftalmologia, e Luiz Carlos Celi Garcia, da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica; Loriti Breuel, cirurgiã plástica; e José Carlos Daher, presidente do Sindicato dos Hospitais de Brasília. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PRS nº 13/01, altera a redação do inciso XI do artigo 13 da Resolução nº 78/98, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PRS nº 19/01, altera a Resolução nº 78/98, do Senado Federal, para incluir a comprovação de cumprimento de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal na instrução de pleitos de empréstimos; PRS nº 10/01, acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao art. 99 da Resolução do Senado nº 93/70, para estabelecer que o presidente do Banco Central, ou diretor por ele indicado, comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos para expor as decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária; PRS nº 53/00, dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PRS nº 27/00, estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo; PLC nº 2/00, dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLS nº 53/01, modifica o art. 15, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 9.424/96, e o art. 2º da Lei nº 9.766/98, que dispõem sobre o salário-educação; PLS nº 169/99 (tramitando em conjunto com PLS nº 502/99), institui estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após 40 anos de idade; PLS nº 548/99, dispõe sobre o adiamento da satisfação das obrigações tributárias devidas pelas empresas fabricantes de veículos automotores; PLS nº 22/01 (tramitando em conjunto com o PLS nº 23/01), dá nova redação ao parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 10.177/01, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89; PLS nº 87/99 (tramitando em conjunto com PLS nº 239/99), dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações, alterando a Lei nº 9.491/97; e PLS nº 689/99, altera o art. 25 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação de diversos relatórios. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados

15h30 — Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia

Pauta: exposição dos presidentes Cláudio Ávila Vargas, da Eletrobrás; José Antonio Muniz Lopes, da Eletronorte; e Luís Carlos Santos, da Furnas. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

Quarta-feira
10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 26/99, que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone. Convidados: diretores Carlos Scherr, do Hospital de Cardiologia de Laranjeiras, e Cláudio Maierowitch Pessanha Henriques, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; dos representantes Dóris Maria Hexsel, da Sociedade Brasileira de Dermatologia, e Aloísio Faria de Souza, da Sociedade Brasileira de Medicina Estética; Ivo Pitanguy, cirurgião plástico; e Carlos Augusto Carpaneda, presidente da Associação Brasileira de Cirurgia Plástica (Seção DF). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente em exercício: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



A Comissão de Orçamento não pôde votar o crédito devido a pedido de verificação de quórum

Adiada decisão sobre crédito para Ministério da Fazenda

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não conseguiu votar ontem, como pretendia o seu presidente, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), projeto de lei que autorizava crédito suplementar, ao Orçamento da União, no valor de R\$ 11,875 milhões em favor do Ministério da Fazenda. A votação não ocorreu devido à verificação de quórum solicitada pelo deputado José Pimentel (PT-CE).

Os recursos seriam utilizados na aquisição de novos computadores de grande porte para o Banco Central, com o objetivo de "garantir segurança e confiabilidade ao sistema de transações financeiras nacionais, contra a ocorrência de riscos sistêmicos", segundo alegou o ministro Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao justificar o pedido.

Os recursos seriam retirados das dotações que devem ser destinadas pelo governo, na forma de contrapartidas, à Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus).

Senado autoriza Juiz de Fora a obter financiamento

O Plenário do Senado aprovou ontem em turno único projeto de resolução que autoriza a contratação de operação de crédito entre a prefeitura de Juiz de Fora (MG) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 2,094 milhões. Os recursos devem ser utilizados na modernização tributária do município. A matéria será agora promulgada.

Durante a discussão do projeto, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) destacou a importância da iniciativa, vinculada ao Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT), para aperfeiçoar a máquina municipal de arrecadação tributária.

Segundo o relator da matéria, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), o novo sistema de computadores previsto para o Banco Central tem um custo total de R\$ 17 milhões, dos quais R\$ 11,875 milhões viriam do cancelamento parcial de dotações para a Centrus, e R\$ 5,125 milhões por autorização feita por decreto presidencial.

Ao defender a matéria, Nabor Júnior disse que a medida não vai prejudicar a Centrus, uma vez que os recursos seriam retirados dos R\$ 76,7 milhões que serão repassados à fundação mas que se encontram indisponíveis, em razão de acerto feito entre a entidade previdenciária e o Banco Central.

Para o deputado José Pimentel, contudo, em janeiro deste ano o Ministério da Fazenda tentou realizar operação similar, retirando R\$ 2 bilhões da Previ, órgão de previdência do Banco do Brasil. Os funcionários não aceitaram a operação, recorreram à Justiça e já conseguiram ganho de causa em primeira instância.

— Esse programa permite tornar a realidade fiscal dos municípios menos dependente dos estados e da União, além de financiar a melhoria dos gastos sociais — disse. Ele informou que o mecanismo ajudou alguns municípios a dobrar a arrecadação própria. A única crítica de Hartung, que foi diretor da área social do BNDES quando da criação da linha de crédito, dirigiu-se à burocracia para a proposta ser viabilizada. O pedido de Juiz de Fora, por exemplo, ingressou no BNDES em 1997.

União dará garantia a empréstimo para gasoduto

Plenário aprovou projeto autorizando a Transportadora Bolívia-Brasil a realizar operação de crédito de até US\$ 180 milhões com Banco Mundial

A União dará garantia a operação de crédito exterior, no valor de até US\$ 180 milhões, contratada entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil e o Banco Mundial (Bird). Projeto de resolução autorizando a operação foi aprovado ontem pelo Plenário. A matéria segue agora para promulgação.

O relator da proposta, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), destacou que o projeto de construção do gasoduto objetiva o desenvolvimento de um mercado interno para gás natural, o que vai contribuir para diversificar a matriz energética e contemplar a crescente demanda por energia na região Centro-Sul.

A elevação temporária dos li-



Wellington Roberto destacou que gasoduto contribuirá para diversificar matriz energética



Para Carlos Bezerra, governo deveria ter verificado potencialidade das jazidas de gás

mites de endividamento da companhia, também prevista no projeto, garantirá o financiamento de parte das obras do gasoduto.

CAE

Durante a discussão do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador

Carlos Bezerra (PMDB-MT), apesar de votar favoravelmente ao pedido, disse que foi uma "leviandade" do país contratar a compra de gás da Bolívia e construir o gasoduto sem fazer estudo para saber claramente a potencialidade e durabilidade das jazidas.

Cobrança de ICMS por produtores de petróleo provoca debate em Plenário

A primeira sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que elimina a proibição de cobrança, pelos estados produtores, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais de venda de petróleo e energia elétrica foi marcada por divergências entre os senadores



Moreira Mendes afirma que mudança causará prejuízos aos estados compradores



Geraldo Melo: regra em vigor propicia transferência de renda dos estados mais pobres

Moreira Mendes (PFL-RO) e Geraldo Melo (PSDB-RN), autor da proposição. O assunto voltará a ser debatido na sessão de terça-feira, dia 28, a partir das 14h30.

Apesar de ter apoiado a aprovação da PEC na discussão em primeiro turno, Moreira Mendes admitiu ter depois percebido que a mudança causará prejuízos aos estados de destino dos dois produtos. "O ICMS deve continuar a ser cobrado do consumidor final, que é quem arca com o ônus do tributo", afirmou. O senador pefelista observa que os estados produtores de petróleo e energia elétrica, proibidos de cobrar o imposto, já são compensados

com o recebimento de *royalties*.

Com o objetivo de corrigir "injustiças ou prejuízos", o senador Geraldo Melo até cogita promover alterações na PEC, mas alerta que a regra em vigor propicia a transferência de renda de regiões mais pobres para outras mais ricas. Adverte ainda que os *royalties* não compensam nem 10% das perdas do produtor privado do recolhimento do ICMS nas transações. O senador admite que sua proposta vai gerar perdas e ganhos para alguns estados. E lembra que existe outra PEC, em tramitação na Câmara, que também altera a política de imunidade do ICMS nas operações interestaduais com petróleo e energia elétrica.

Como representante de estado produtor de energia elétrica, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) declarou-se favorável à PEC. Na sua opinião, o atual sistema de cobrança do ICMS nessas operações é desleal. "Como pode o Pará, com capacidade para produzir mais de 40 mil megawatts de

energia, ficar só com o ônus da produção?" Impedidos de desfrutar da arrecadação do ICMS, os produtores de petróleo e energia, segundo Luiz Otávio, ficam impossibilitados de investir em outras áreas produtivas.

ADIAMENTO

Com o prazo de discussão encerrado, adiou-se para a sessão plenária de quarta-feira, dia 29, a partir das 14h30, a votação do projeto do senador Mozerildo Cavalcanti (PFL-RR) que inclui um representante dos municípios do interior dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima no Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Álvaro Dias critica o modelo de privatização adotado pelo governo

Para senador, programa de desestatização falha ao permitir que multinacionais utilizem recursos do BNDES para adquirir estatais brasileiras, especialmente do setor energético

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) criticou o modelo de privatizações adotado pelo governo federal, por estar, a seu ver, causando prejuízos ao país. Ele citou como exemplo a venda, em agosto do ano passado, de 14,5% das ações ordinárias da Petrobras. “Foram arrecadados R\$ 7,2 bilhões, mas o governo perdeu mais de R\$ 5 bi porque neste período de um ano as ações valorizaram entre 70% e 77%”, calculou.

O prejuízo gerado pela venda das ações da Petrobras, na avaliação do senador, não ficará nos R\$ 5 bilhões, mas aumentará na medida em que as ações continuarão rendendo lucros e dividendos para seus compradores. Ele também lembrou que o governo negociou as ações na Bolsa de Nova York,

na mesma madrugada do dia em que o Senado votaria projeto de lei de sua autoria que propunha a proibição da venda das ações da empresa.

Para Álvaro Dias, o modelo de privatizações do governo também falha ao permitir que multinacionais utilizem recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para adquirir estatais brasileiras, especialmente as do setor de energia.

As conseqüências da privatização, na opinião de Álvaro Dias, se farão sentir mais ainda a partir de 2003, quando as grandes multina-



Conseqüências se farão sentir a partir de 2003, diz Álvaro

cionais que adquiriram estatais brasileiras remeterão seus lucros para o país de origem, em dólar.

COPEL

O senador alertou que o governo do seu estado está repetindo os mesmos erros do governo federal, ao insistir na privatização da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Ele citou

estudo feito pelo Dieese para informar que, se a empresa for vendida, o dinheiro arrecadado estará todo gasto entre 11 meses e três anos, sem deixar benefícios para a população do estado.

Álvaro Dias afirmou que o pre-

ço previsto para a venda da empresa – entre R\$ 7 bilhões e R\$ 9 bilhões – é muito inferior ao que ela realmente vale. O senador informou que técnicos da própria Copel avaliaram a companhia em mais de R\$ 25 bilhões. “Mas o governo do Paraná quer dar um presente de casamento real para uma grande empresa multinacional”, disse. Ele acrescentou que vai lutar para que a venda da estatal paranaense não se concretize.

Em aparte, o senador Íris Rezende (PMDB-GO) comentou que, apesar de ter votado favoravelmente aos pedidos de autorização para privatizar estatais, tem dúvidas se repetiria o voto hoje. Ela manifestou preocupação principalmente com a venda da Vale do Rio Doce.

Ademir propõe exame pelo Congresso de acordos com FMI

O senador Ademir Andrade (PA) apresentou ontem, em nome de seu partido, o PSB, proposta de emenda constitucional que confere ao Congresso Nacional poderes para apreciar, discutir e votar todos os acordos e atos internacionais firmados com organismos financeiros internacionais, quando o Brasil figurar como parte, avalista ou garantidor desses acordos.

Ademir argumenta que, apesar de a Constituição prever que compete exclusivamente ao Congresso “resolver sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”, alguns desses atos não são submetidos ao Parlamento, sobretudo os celebrados com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

– Esses acordos afetam diretamente a vida do povo brasileiro, refletem no dia-a-dia de todos, envolvem o desenvolvimento ou a estagnação da nossa economia, implicam menos ou mais empregos, menos ou mais investimentos no setor público, e portanto não po-



Acordos afetam a vida dos brasileiros, afirma Ademir Andrade

dem e não devem deixar de ser apreciados pelo Congresso Nacional – frisou.

O senador explicou que há divergências quanto à necessidade de os acordos firmados com o FMI serem previamente aprovados pelo Congresso. Segundo ele, alguns alegam que os entendimentos com a entidade financeira internacional não podem ser considerados tratados ou acordos, sendo apenas a execução de compromissos anteriormente assumidos, tanto que não são celebrados pelo presidente da República, mas pelo presidente do Banco Central ou por ministros da área econômica.

Por outro lado, continuou, há os que defendem a tese de que atos internacionais assinados pelo presidente do Banco Central ou por ministros de Estado devem ser referendados pelo Congresso. Os acordos com o FMI, entende Ademir, envolvem matéria política e estabelecem limites à soberania nacional.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apoiou a iniciativa de Ademir Andrade e adiantou que subscreverá a proposta.

Suplicy: país está cada vez mais dependente do capital externo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) avaliou ontem, da tribuna, que o Brasil está ficando cada vez mais vulnerável e dependente dos capitais externos. Valendo-se de dados publicados pela *Folha de S. Paulo*, atribuídos ao Banco Central, o senador disse que, em 1995, seriam necessários dois anos de exportações para pagar a dívida externa líquida do país, relação que, no ano 2000, saltou para três anos e meio. Do mesmo modo, exemplificou, em 1995, as reservas internacionais do Brasil correspondiam a 31,7% da dívida externa bruta, saltando para apenas 14% no ano 2000.

Suplicy anunciou que apresentará requerimento à Mesa solicitando ao Ministério da Fazenda o envio regular e periódico de dados comparativos da relação entre o serviço da dívida pública (juros mais amortizações) e o Produto Interno Bruto (PIB), as reservas internacionais e o valor das exportações de mercadorias. Para o senador, esses dados são fundamentais para acompanhar o que vem acontecendo com a economia do país.



Suplicy também reclamou do tratamento dado aos servidores

Ele reclamou do tratamento dispensado pelo governo aos servidores públicos. É preciso, a seu ver, que haja uma relação de respeito do presidente da República para com os servidores, para “não destruir-lhes o ânimo, a energia e a vontade”. O senador destacou que o governo tem-se mostrado sempre pronto

a defender instituições bancárias e a usar recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que empresas estrangeiras adquiram o controle de empresas nacionais.

Entretanto, prosseguiu o senador, quando se trata de reparar a situação dos servidores, sem reajuste há sete anos, o governo apela para o discurso de austeridade. Suplicy pediu ainda a incorporação, na edição de seu pronunciamento nos Anais da Casa, de artigo do economista Paulo Nogueira Batista Jr. em defesa do funcionalismo, publicado na *Folha*, onde afirma que o governo FHC desenvolveu com os servidores públicos uma relação contraproducente de hostilidade e desconfiança.

Antonio Carlos Júnior quer modernizar mercado de capitais

Em entrevista concedida à TV Senado e que irá ao ar neste fim de semana, o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) anunciou que, tão logo seja aprovada a nova Lei das Sociedades Anônimas, atualmente em discussão no Senado, tomará a iniciativa de liderar um movimento parlamentar por novas mudanças, a fim de modernizar efetivamente o mercado de capitais brasileiro, equiparando-o ao de países desenvolvidos.

A proposta de mudança da lei, já aprovada na Câmara, representa um avanço, “mas não resolve todos os nossos problemas”, na opinião do senador. Ele esclareceu que não pretende sugerir agora novas alterações

ao projeto, em razão da urgência da sua aprovação. Modificar agora qualquer dispositivo implicaria voltar à estaca zero, explicou. “Entretanto, tão logo se consiga esse novo avanço na legislação, será preciso fazer muito mais”, assegurou.

Atualmente, segundo Antonio Carlos Júnior, uma pessoa pode deter o controle de uma empresa no Brasil com apenas 17% do seu capital, “o que é uma aberração”. O projeto que muda a Lei das S.A. melhora esse quadro, alterando a proporcionalidade entre ações preferenciais e ordinárias, mas ainda deixa o minoritário numa situação muito desconfortável, observou. Pelo que prevê a proposta, haverá 50% de ações ordinárias e 50% de preferenciais. Essa proporção, contudo, somente será válida para as novas companhias, não vigorando para as que já estão no mercado.

A entrevista concedida pelo senador Antonio Carlos Júnior ao programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, vai ao ar nos seguintes horários: sábado, dia 25, às 6h30 da manhã e às 13h30; domingo, às 19h30; e segunda-feira, à 1h da manhã, às 6h30, às 13h30 e às 19h30. Ele foi entrevistado por pelos repórteres Floriano Filho e Helival Rios.



Alteração não deve ser feita agora, diz Antonio Carlos Júnior

Emilia protesta contra acordo espacial Brasil-Estados Unidos

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) protestou contra o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos, que permite a utilização da Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara (MA) pelo governo norte-americano, mediante pagamento. O projeto tramita



Emilia: EUA estão alugando parte do território e da soberania do Brasil

na Câmara dos Deputados, onde já recebeu parecer contrário do deputado Waldir Pires (PT-BA).

— O acordo é lesivo aos interesses nacionais. Na prática, permite a instalação de base norte-americana em nosso território, ferindo nossa soberania — afirmou a senadora.

Emilia criticou dispositivo do acordo que proíbe o Brasil de aplicar em seu programa espacial os recursos recebidos dos EUA em pagamento pelo uso da base. Esses recursos teriam que ser destinados apenas à infra-estrutura dos aeroportos ou bases aéreas, o que, para ela, “é ingerência nos negócios internos brasileiros”.

A senadora observou que o

Para Geraldo Cândido, país está abrindo mão de sua soberania

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas firmado entre o governo brasileiro e os Estados Unidos para a utilização do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, foi

condenado também pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). Em discurso pronunciado ontem, o senador afirmou que os termos acertados são inaceitáveis, por representarem flagrante atentado à soberania nacional. Cândido conclamou os senadores a se manifestarem contrariamente à

aprovação do acordo, que está em exame no Congresso Nacional.

Geraldo Cândido citou algumas cláusulas do acordo como exemplos de ingerência norte-americana e da falta de autonomia brasileira no gerenciamento da base. afirmou que o Brasil não poderá utilizar os recursos obtidos com os lançamentos americanos em programas próprios de desenvolvimento espacial, ao mesmo tempo em que fica de-



Geraldo Cândido pede que o Senado rejeite o acordo espacial com os EUA

acordo prevê a destinação de um setor exclusivo na Base de Alcântara para o programa dos EUA, onde somente pessoas autorizadas pelos americanos poderão entrar.

— Na prática, os norte-americanos estão alugando uma parte do território e da soberania brasileira. A ingerência é tão completa que os contêineres com equipamentos para o programa não poderão ser abertos ou inspecionados pela alfândega — salientou.

Para Emilia, contrariando a alegação do governo brasileiro de que se trata meramente de um acordo comercial, o acordo na verdade “é político, estratégico e intervencionista e pretende estabelecer aqui um feudo norte-americano”.

Em aparte, o líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), garantiu que os termos do acordo serão amplamente debatidos no Senado. “Não vamos aprovar qualquer acordo que seja lesivo aos nossos interesses”, garantiu.

terminado que esses recursos somente poderão ser aplicados no desenvolvimento e manutenção de infra-estrutura que beneficie o próprio Centro de Lançamento.

O senador informou também que o acordo, além de não prever a transferência de tecnologia para o Brasil, proíbe que isso venha a ocorrer. A seu ver, ainda mais grave é a criação, na base, de áreas restritas, sob controle direto norte-americano.

— O texto do acordo é muito claro, e em língua portuguesa, não dá margem a dúvida: o Brasil abre mão de realizar, com autonomia, um programa espacial naquela área, sem exigir contrapartidas em transferência de tecnologia e, pior que isso, abre mão de sua soberania — ressaltou.

Cândido louvou a atitude do relator da matéria na Câmara, deputado Waldir Pires, que se manifestou contrário à aprovação do acordo.

Senadores cobram maior abertura comercial dos EUA

Em reunião conjunta da CAE e da CRE, deputados norte-americanos ouviram restrições à lei *antidumping*, ao protecionismo e aos subsídios agrícolas

Os Estados Unidos precisam promover maior abertura do seu mercado interno para produtos brasileiros, abrandar a lei *antidumping*, reduzir subsídios à agricultura e implementar uma nova política destinada a pôr fim ao protecionismo, que tem prejudicado o comércio com o Brasil e os demais países latino-americanos. Essas reivindicações foram endereçadas pelos integrantes das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a oito deputados norte-americanos que participaram de reunião conjunta para debater a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e o comércio multilateral.

O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), reclamou das sobretaxas impostas a produtos brasileiros, principalmente calçados, aço e suco de laranja. Para ele, o protecionismo americano prejudica as exportações brasileiras.

Já o senador Jefferson Péres (PDT-AM), presidente da CRE, disse serem imprescindíveis para a economia brasileira a integração e o fortalecimento comercial entre o Brasil e os Estados Unidos. Esse intercâmbio não se deve limitar, porém, a produtos industrializados ou serviços, dado que, a seu ver, a produção agrícola brasileira deve en-



Alcântara e Jefferson (centro) com deputados norte-americanos: contra as barreiras a produtos brasileiros nos Estados Unidos

trar com maior intensidade no mercado americano. Para isso, alegou Jefferson, os EUA precisam reduzir os subsídios agrícolas e as sobretaxas nos produtos que importam.

O deputado James Moran reconheceu que o subsídio aos produtores norte-americanos “é grande”, sendo necessário reduzi-lo para que produtos estrangeiros passem a ter maior competitividade. O deputado George Radanovich sustentou a mesma posição. O deputado David Dreir, que chefiou a delegação, lembrou que cerca de 20% das exportações brasileiras são feitas para os EUA, comércio que deveria ser ainda mais incrementado. Com relação à lei *antidumping*, foi enfático: é mu-

to difícil o país alterar a legislação.

Os deputados americanos cobraram um mecanismo eficaz de combate à pirataria de programas de computador e CDs, entre outros. Eles também reclamaram da morosidade da alfândega brasileira para liberar produtos oriundos dos Estados Unidos. Em resposta, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) reconheceu a existência do problema e defendeu maior entrosamento entre importadores e a Receita Federal.

Já para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), os países latino-americanos teriam mais condições de competir no mercado americano com o fortalecimento comercial prévio dos integrantes do Mercosul.

Maldaner registra interesse russo por carne brasileira

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) participou no último dia 26 de julho, na residência da embaixada brasileira na Federação Russa, em Moscou, de encontro com empresários do setor de importação e processamento de carnes naquela comunidade. Segundo o parlamentar, os interesses demonstraram-se convergentes: o empresariado russo quer importar carnes do Brasil em larga escala e, do lado brasileiro, há interesse em abrir e expandir, cada vez mais, os mercados para os produtos do país.

Conforme o senador, o empresário russo quer negociar diretamente com o exportador brasileiro, sem a presença das *internacional trading*



Casildo Maldaner participou de encontro com empresários em Moscou

companies, cuja intermediação encarece o produto importado. Esses intermediários, afirmou, acabam por tumultuar o processo, “ganhando em dobro, do exportador e do importador”, disse.

— Os russos se queixam de postura de desconfiança por parte dos nossos frigoríficos, constatada quando da vinda de missão comercial ao Brasil. Alegam ter boas e sólidas garantias para oferecer-nos, não se justificando qualquer atitude preconceituosa de nossa parte — explicou Casildo Maldaner.

Participaram do encontro a embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, o secretário e encarrega-

do do setor de promoção comercial da embaixada, Alexandre F. Kessler, a diretora comercial da Rinort, Oksana Kuznetsova, o diretor comercial da Food Olti Trade, Ashot Zakarian, o presidente da Largo International Group, Mikhail Avdeev, a chefe de vendas do departamento de vendas da Largo International Group, Marina Mikhaylova, a diretora-geral da Kromexpo, Zara Yatskin, e o diretor do departamento de importação da Meatunion, Viktor Yatskin.

— O fato primordial é que estamos diante de uma oportunidade, talvez única, de consolidar nossas relações comerciais com a Federação Russa, da qual resultarão expressivos lucros para nossa balança comercial. Devemos mover-nos com celeridade e competência, para que não percamos essa chance — recomendou o senador.

Amazontech deve estimular o desenvolvimento, diz Marluce

Para a senadora, o projeto funcionará como “uma gigantesca vitrine de negócios e oportunidades” na região amazônica

Ao registrar que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Universidade Federal de Roraima lançaram nesta semana, em Brasília, o projeto Amazontech 2001



Marluce Pinto ressaltou que iniciativa permite intercâmbio de tecnologia

– Novos rumos para a Ciência, Tecnologia e Negócios Sustentáveis –, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) destacou a importância da iniciativa para promoção do intercâmbio de tecnologias e incentivo ao debate sobre

o desenvolvimento sustentável na região amazônica.

A senadora informou que o Amazontech 2001 ocorrerá em Boa Vista (RR) de 20 a 25 de novembro. “O evento será, conforme desejo de seus idealizadores, uma gigantesca vitrine de negócios, de oportunidades e de potencialidades ecologicamente corretos e lucrativos, em que feiras, exposições, cursos, palestras e rodadas de negócios serão efetivados.”

O Amazontech 2001, segundo Marluce Pinto, terá como públi-

co-alvo as indústrias de fruticultura tropical, aquíicultura, plantas medicinais, flores ornamentais, ecoturismo, turismo rural, turismo científico, pecuária intensiva, horticultura, agricultura de grãos, avicultura, borracha, mineração, energia, gás natural, máquinas e implementos agrícolas, biotecnologia, sementes, informática e transportes.

– Melhor ainda é que o projeto Amazontech veio para ficar na região amazônica e terá caráter itinerante, isto é, marcará presença a cada ano em um dos estados da região, voltado, sempre e prioritariamente, para o desenvolvimento sustentável de toda a Amazônia Legal.

Lando protesta contra MP sobre desmatamento

O senador Amir Lando (PMDB-RO) protestou contra a medida provisória que exige a preservação de 80% da cobertura florestal nas propriedades rurais de Rondônia. “Cumprir essa medida equivale a reduzir o produtor rural a um mero guarda florestal e, pior, sem qualquer remuneração ou compensação”, afirmou.

Para Lando, somente resta aos agricultores e pecuaristas de Rondônia a desobediência civil “para mostrar sua revolta contra essa medida absurda e arbitrária, feita por um legislador burocrático, enclausurado em seu gabinete com ar-condicionado”.

A solução de bom senso, na avaliação do senador, passa pela im-

plementação do Zoneamento Econômico e Ecológico, aprovado pela Assembleia Legislativa de Rondônia e que, segundo Amir Lando, respeita a vocação e as características da região. Há zonas de preservação total, outras de manutenção de 70% da cobertura florística e ainda outras em que a faixa de preservação é de 20% ou até menos.

Amir Lando explicou que, durante anos, os produtores rurais foram incentivados a usar pelo menos 50% da gleba para plantar, sob pena de não receber titulação



Segundo Amir Lando, medida prejudica produtor de Rondônia

definitiva das terras. “De repente, tudo mudou” e o governo quer preservar a cobertura florestal em 80% das terras, disse o senador.

– Como é possível reverter o que já foi feito? O Ibama proíbe desmatamento, multa com quantias exorbitantes o que já foi desmatado mas não apresenta solução.

O senador disse que o maior desejo dos proprietários rurais é preservar a paz na região, mas o Ministério do Meio Ambiente “parece ter interesses escusos”.

Eduardo resalta importância de ferrovia

Ao ressaltar a importância da construção da Ferrovia Norte-Sul e da Hidrovia Araguaia-Tocantins, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) registrou recente visita do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, a Palmas, capital do Tocantins.



Eduardo Siqueira Campos registrou visita de Eliseu Padilha a Palmas

Na ocasião, segundo Eduardo, o ministro afirmou que os recursos para viabilizar a hidrovia já

estão disponíveis no Orçamento da União e que a ferrovia é considerada prioridade em sua pasta.

As duas obras, explicou o senador, vão abranger o estado do Tocantins, o sul do Maranhão e do Piauí, o noroeste de Goiás, o sudeste do Pará, o leste de Mato Grosso

e o oeste da Bahia.

O senador lembrou que a região dispõe de grande potencial agrí-

cola. Ressaltou ainda que, com um sistema mais barato de transporte, proporcionado pelas duas obras, a área terá grandes vantagens competitivas no mercado.

A Ferrovia Norte-Sul terá quase dois mil quilômetros de extensão e, avalia Eduardo, representará fonte de emprego e estímulo ao desenvolvimento regional.

Para o senador, a conclusão da Hidrovia Araguaia-Tocantins possibilitará uma forma segura, confiável e não-poluente de transporte de cargas por preço inferior ao rodoviário.

Mozarildo cobra realização de ampla reforma agrária

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) cobrou do governo a realização de ampla reforma agrária, mesclando a intervenção direta do Estado com mecanismos de mercado. O senador disse que, apesar dos esforços do Executivo, a realidade mostra que cerca de 80% das terras agricultáveis ou de pastagens no país ainda estão nas mãos de apenas 9% dos proprietários, “tornando injusto o quadro de distribuição de terras brasileiras”.

– Só com boa qualidade de vida oferecida ao homem do campo e com garantia de subsistência conseguiremos diminuir a tensão social no setor. Tudo isso faz parte do bem comum e são metas a serem trilhadas para que o Brasil obtenha plena justiça social.

Mozarildo lembrou que, na década de 60, o deputado Bilac Pinto insistia na adoção de profunda reforma agrária, para que o Brasil não viesse a sofrer as graves consequências do êxodo rural. Para



Para Mozarildo, medida é necessária para garantir justiça social

o senador, os governos militares não deram atenção ao problema e a massiva fuga do campo ocorrida nos anos 70 e 80 teria pego de surpresa as autoridades.

Informações oficiais, conforme o senador, mostram que, das metas de desapropriação de terras previstas para este ano, 60% já foram cumpridas. Dados mostram que 474 imóveis foram desapropriados, num total de 886.250 hectares que, até o fim do ano, abrigarão 45 mil famílias, 20 mil delas pelo Banco da Terra.

Por outro lado, informou o senador, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) contesta os dados governamentais. João Pedro Stedile, em artigo publicado nos *Cadernos do Terceiro Mundo*, afirma que estudos do próprio governo denunciam “o brutal empobrecimento da agricultura brasileira, a concentração da terra e a proliferação de outras mazelas sociais”.

Mauro destaca plano agropecuário 2001/2002

Ao comentar a importância do Plano Agrícola e Pecuário 2001/2002, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou, entre os pontos fundamentais do programa, a liberação de R\$ 17,7 bilhões para custeio e investimento da safra e a fixação de novos



Mauro Miranda afirma que programa garante custeio da safra

limites, por produtor, para o financiamento, com juros de 8,75% ao ano. Ele ressaltou também que o plano prevê a ampliação dos contratos de opções, utilizados como seguro de preço para a comercialização da produção, e programa específico para aquisição de bovinos de corte.

O plano, disse o senador, recomenda a prática de políticas imprescindíveis à melhoria da renda rural, pelo estímulo à atividade produtiva, capaz de proporcionar a oferta continuada de produtos de qualidade. Para isso, recomenda a garantia de acesso ao crédito de acordo com resolução do Ban-

co Central, que fixa a produção estimada como garantia única das operações creditícias.

Mauro Miranda também destacou, como pontos importantes do plano, a instituição de programa de financiamento para construção e melhoria de armazéns e condomínios de produtores; criação de seguro destinado a estabilizar a renda rural; fixação do preço mínimo de R\$ 35 para a arroba do algodão; e destinação de R\$ 250 milhões para a renovação da estocagem do excedente da produção de leite.

O senador informou ainda que o plano prevê a recomposição do aporte de recursos para o Programa de Recuperação de Pastagens Degradadas (Propasto) e a alocação de R\$ 400 milhões para financiar a aquisição de bovinos de corte, inclusive de reprodutores destinados ao melhoramento genético e para atividades de cria, recria e engorda.

Exame periódico para motorista volta à CCJ

Requerimento de lideranças partidárias adia votação do projeto que torna obrigatório o teste psicológico periódico para motoristas profissionais. Lei em vigor faz exigência apenas para a primeira habilitação

João Alberto alerta para riscos do consumo excessivo de álcool

Depois de alertar o mundo para os males do fumo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) prepara, agora, uma campanha contra o álcool. A iniciativa foi registrada em pronunciamento do senador João Alberto Souza (PMDB-MA). Ele revelou que 5% das mortes de jovens entre 15



João Alberto apóia restrições à propaganda de álcool

e 29 anos, no mundo todo, ocorrem por causa da ingestão de bebidas, enquanto mais de 140 milhões de pessoas são alcoólatras. "No Brasil, o álcool é responsável por 20% das internações hospitalares e os alcoólatras são 15% da população", destacou.

Preocupação particular da OMS é com o assédio sofrido pelos jovens, acrescentou o senador. Ele citou estudo da organização: "Ao misturar álcool a suco de frutas e a bebidas energéticas, centrar a publicidade em modos de vida jovem, na sexualidade, no esporte e no lazer, os grandes produtores de bebidas alcoólicas tentam estimular o consumo desde uma idade muito precoce".

O parlamentar observou que esse levantamento apontou a morte de 55 mil jovens na Europa, em 1999, por causa do álcool. Nos Estados Unidos, o álcool é a

primeira causa de morte de jovens entre 15 e 20 anos. No Brasil, afirmou João Alberto Souza, o Sistema Único de Saúde (SUS) gastou R\$ 57,1 milhões, em 1999, em internações resultantes de transtornos comportamentais e mentais devidos ao uso abusivo de álcool.

— O país gasta 7,3% do Produto Interno Bruto para tratar de problemas relacionados ao álcool, enquanto a indústria movimenta 3,5% do PIB.

João Alberto Souza reconheceu que a bebida não provoca danos quando consumida de forma moderada, mas apontou os riscos da ultrapassagem desses limites, seja por razões orgânicas, seja por força da propaganda. E os jovens, avaliou, são uma preocupação particular e ainda maior. Ele lembrou que, desde 1967, a OMS considera o alcoolismo uma doença.

O senador alertou que "para ampliar o mercado consumidor, as campanhas publicitárias de bebidas alcoólicas escolheram como alvo principal os países em desenvolvimento e, nestes, os adolescentes e as mulheres". E concordou com os educadores e pesquisadores que apontam a limitação ou proibição da propaganda desses produtos como "sábida medida preventiva".

O Senado aprovou ontem requerimento de lideranças partidárias para adiar a votação do projeto de lei da Câmara dos Deputados que torna obrigatório o exame psicológico periódico para motoristas profissionais. A legislação



Roberto Freire: legislação já previne acidentes

em vigor exige esse exame apenas por ocasião da primeira habilitação. O projeto deverá voltar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para novo exame.

A CCJ havia rejeitado relatório favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP), acolhendo voto em separado do senador Rober-



Romeu Tuma apresentou parecer favorável ao projeto

to Freire (PPS-PE), pela rejeição da matéria. No entanto, dez senadores apresentaram requerimento solicitando o prosseguimento da tramitação do projeto, que foi a Plenário.

Em seu relatório, Tuma ressaltou a importância dos exames psicológicos periódicos para motoristas profissionais, apon-

tando as condições estressantes em que esses profissionais exercem sua atividade, o que pode levá-los a desenvolver desvios comportamentais.

Freire argumentou que a defesa da avaliação psicológica periódica não está baseada em estatísticas claras a respeito. "A legislação em vigor já estabelece formas variadas de prevenção de acidentes, ao abordar a questão dos infratores contumazes e envolvidos em acidentes com vítimas", afirmou em seu relatório.

O Senado aprovou, ainda, dois projetos legislativos renovando concessões para a exploração de serviços de radiodifusão em benefício da Rádio Nova São Manuel, de São Manuel (SP) e da Televisão Pioneira, de Teresina.

Mauro pede maior combate ao tráfico em Goiás

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu ontem, em discurso no Plenário, ação urgente no combate às drogas no estado de Goiás. O senador espera que o general Alberto Cardoso, responsável pelo programa de combate às drogas do governo federal, e as autoridades policiais de Goiás adotem providências para impedir a entrada e o estabelecimento de traficantes no estado. Segundo o senador, o aumento do número de apreensões de drogas na região e a descoberta de plantações estão levantando a suspeita de que traficantes do polígono da maconha, em Pernambuco, estejam se mudando para o estado do Centro-Oeste a fim de fugir da repressão.

A suspeita, disse Mauro Miranda, foi levantada pelas polícias civil e federal. Nessa quarta-feira, relatou, foram apreendidos 422,5 quilos de maconha e mais quatro quilos de sementes no município de Santa Teresinha de Goiás. Em pouco mais de um mês, a polícia apreendeu 955 quilos de maconha e queimou mais de 11 mil mudas de erva em Anápolis. "Isso confirma a suspeita de migração de traficantes de outras



Mauro: apreensões indicam que traficantes estão se mudando para o Centro-Oeste

áreas do país para Goiás", afirmou o senador.

Mauro Miranda destacou o perigo que a situação traz para a segurança do estado e lembrou o poder econômico envolvido no tráfico de drogas — tão grande, observou, que mesmo os países ricos estão perdendo a batalha. O senador defendeu a necessidade de se cortar o mal pela raiz e lembrou que o risco de corrupção na polícia é muito alto. "Quando policiais se envolvem em atos ilícitos, as punições geralmente são muito brandas, comprometendo a imagem das polícias civil e militar", disse. Em Goiás, há um agravante da situação, apontou: a polícia militar recebeu aumento salarial e a civil, não. E mesmo o aumento dos PMs será pago parceladamente, o que deixou uma parcela da corporação insatisfeita.

Em aparte, a senadora Heloísa

Helena (PT-AL) afirmou que a situação do narcotráfico é gravíssima e que tem, no Brasil, envolvimento de parte da elite. "Os grandes traficantes usam aviões, barcos. Quem têm esses equipamentos são os grandes e poderosos. O narcotráfico age porque grande parte da elite está envolvida e o aparelho do Estado permite", afirmou. Já o senador Lindberg Cury (PFL-DF) ressaltou que o problema da droga está muito espalhado pela sociedade. "Qual a família brasileira que, hoje, não possui um caso?", questionou. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) recomendou que todos os senadores vejam o documentário *Notícias de uma Guerra Particular*, de João Moreira Salles. Na opinião do parlamentar, o filme é dramático e deve ser examinado e discutido para se entender melhor a questão das drogas.

Aprovado voto de pesar pela morte de Luiz Carlos Vinhas

Por iniciativa da senadora Emilia Fernandes (PT-RS), o Plenário aprovou ontem voto de pesar pela morte do pianista Luiz Carlos Vinhas, ocorrida na última quarta-feira em decorrência de uma parada cardiorrespiratória. Os senadores aprovaram ainda o envio de condolências à família do pianista e à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

Emilia associou-se à dor da família, da comunidade artística e do povo do Rio de Janeiro, observando que Luiz Carlos Vinhas, um dos instrumentistas pioneiros da Bossa Nova, encontrava-se no auge da carreira. "Luiz Carlos Vinhas cantava o som brasileiro e encantava", comentou Emilia, lamentando que a "tragédia" tenha ocorrido no momento em que o músico estava com turnê agendada no exterior e tentava melhorar sua qualidade de vida.

A manifestação recebeu apoio do primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE). "Vinhas era um dos grandes talentos na música do país e seu desaparecimento choca todos nós", disse.

Jovens são importantes na busca da paz, diz Alcântara

Senador defende, em palestra na I Feira da Juventude, realizada em Fortaleza, o estímulo às associações juvenis

Em palestra sobre a paz e os jovens, durante a I Feira da Juventude, em Fortaleza (CE), o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que as crianças e os adolescentes são as maiores vítimas da violência e que, por somarem mais de 30 milhões de pessoas, como indica levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), "são importantes protagonistas na construção de uma cultura da paz e de uma sociedade menos desigual e injusta".

— É essencial encarar o jovem como co-responsável na definição das políticas públicas, como sujeito capaz de participar, ampliar, influir e transformar projetos, programas e atividades implementados pelo governo e/ou pela sociedade civil. O primeiro passo é mobilizar o adolescente para em seguida ofere-



Para Alcântara, "é essencial encarar o jovem como co-responsável na definição das políticas públicas"

cer-lhe as condições para uma atuação construtiva — afirmou.

Em sua palestra, que citou em pronunciamento, o senador disse que antigas formas de solidariedade, como a Igreja e a família, estão perdendo a força, pois têm sofrido duros golpes em sua credibilidade e legitimidade. De acordo com Alcântara, valores

como o trabalho, que guiavam a vida dos homens em sociedade e constituíam sua identidade, são ameaçados numa sociedade cujos governantes parecem encarar o desemprego como realidade irrecorrível.

— Há muitos espaços a serem ocupados pelos jovens na luta pela paz, mas o chamado protagonismo juvenil é, sem dúvida, elemento primordial. É preciso que os jovens se vejam cada vez mais como sujeitos políticos aptos a influenciar decisões políticas em seu favor e, para isso, as associações juvenis devem ser estimuladas — observou o senador.

Mais de três mil painelistas e palestrantes participaram da I Feira da Juventude, realizada entre os dias 13 e 16 deste mês e visitada por mais de 30 mil pessoas.

Senador elogia combate à discriminação no emprego

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a atuação do Núcleo de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade de Oportunidades no Emprego, instituído em 1999 pela Delegacia Regional do Trabalho no Ceará. O senador disse que o núcleo, desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tem combatido a discriminação por meio de um sistema de atendimento em que são recebidas e apuradas as denúncias sobre práticas discriminatórias no trabalho.

Entre as medidas adotadas pelo

núcleo, Alcântara ressaltou a implementação da Política Nacional de Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, um conjunto de orientações normativas que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais do deficiente.

A atuação da delegacia regional nesse sentido resultou, segundo o senador, em 1.523 ocupações de emprego, entre maio de 2000 e abril de 2001, em 187 empresas da região metropolitana de Fortaleza, que são obrigadas a preencher 1% do quadro funcional com por-

tadores de deficiência ou com o trabalhador reabilitado.

Para Alcântara, a experiência no Ceará é modelo para outras delegacias regionais, devido ao rigor na fiscalização e avaliação das empresas obrigadas ao cumprimento percentual legalmente estabelecido. Na opinião do senador, são exemplos como esse que permitem afirmar que as políticas públicas de combate à discriminação e promoção de igualdade de oportunidades no emprego têm atingido resultados positivos na construção de uma sociedade mais justa.

Patrocínio defende ações para reduzir mortalidade infantil

O senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) afirmou que o elevado índice de mortalidade infantil no Brasil poderia ser reduzido com a adoção de medidas no campo da saúde e do saneamento básico. Patrocínio disse que o acesso à saúde, direito assegurado pela Constituição federal ao cidadão, poderá ser otimizado por meio de políticas públicas eficientes e



Carlos Patrocínio salienta importância de saneamento básico

da estreita cooperação entre União, estados e municípios.

O senador lembrou a importância dos programas de aleitamento materno, de assistência ao recém-nascido e de assistência às crianças doentes no combate à mortalidade infantil. Ele destacou o programa de bolsa-alimentação, do Ministério da Saúde, que atenderá gestantes, nutrizas e crianças de até

seis anos classificadas como carentes e em risco de desnutrição. Os programas de vacinação contra doenças como tétano, difteria e febre amarela, na avaliação do senador, devem ser ampliados para alcançar os municípios mais pobres.

Ao ratificar a importância de investimentos na área do saneamento básico, ele informou que cerca de 11 milhões de brasileiros não dispõem de água potável. Patrocínio destacou o abastecimento de água potável, drenagem, coleta e tratamento de esgoto sanitário e de resíduos sólidos como ações que previnem a propagação de doenças e epidemias, reduzindo gastos na área hospitalar.

Carlos Bezerra cobra política salarial justa para PMs

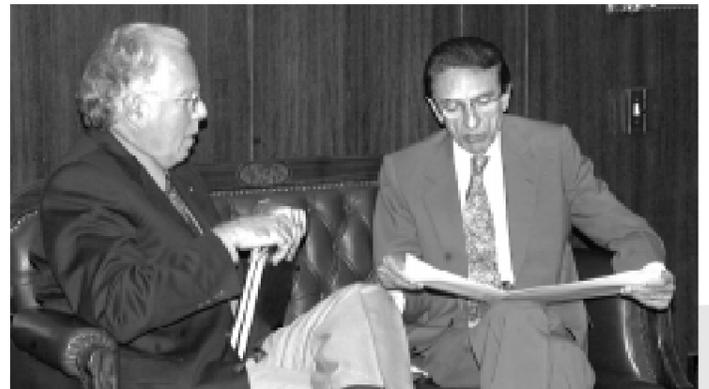
Ao mencionar os inúmeros movimentos grevistas da polícia militar no país, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) cobrou providências do Ministério da Justiça e dos governos estaduais em relação à segurança pública. O senador defendeu uma política salarial justa e realista para a classe, afirmando que a polícia militar de Mato Grosso foi considerada a melhor corporação do país quando ele, então governador, elevou a remuneração de dois para 11 salários mínimos.

O senador citou os estados onde as polícias militar e civil fizeram ou ameaçaram fazer greve, ressaltando que Mato Grosso não foi atingido por movimentos de paralisação,

mas apresenta problemas, como um quadro efetivo pequeno e ausência de delegacias em cidades do interior do estado.

— Enquanto o índice populacional cresceu mais de 40% e o número de municípios passou de 84 para 139 em 11 anos, o efetivo da PM, de 4.815 homens e mulheres, e o da polícia civil, de 1.419 policiais, permanece o mesmo — ressaltou.

Carlos Bezerra disse não ignorar a crise financeira pela qual os estados passam, mas reafirmou que a questão salarial, enquanto não resolvida, impede o aperfeiçoamento do trabalho dos servidores públicos, "que são representantes do Estado junto à população".



José Tubino, representante da FAO, entregou a Lobão convite para reunião interparlamentar do Comitê Mundial de Segurança Alimentar

SENADO CONVIDADO A PARTICIPAR DE REUNIÃO INTERNACIONAL CONTRA A FOME

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu ontem José Tubino, representante da FAO — comitê das Nações Unidas de combate à fome no mundo —, que entregou convite para a reunião interparlamentar do Comitê Mundial de Segurança Alimentar em Roma, nos dias 3 e 4 de novembro.

Chefes de Estado de todo o mundo — inclusive o presidente Fernando Henrique Cardoso — estão sendo convidados a comparecer à segunda fase da reunião, de 5 a 9 de novembro, convocada para deliberar como atingir as metas acordadas em 1996: cortar em 50% a fome e a desnutrição crônica, que atualmente atingem 830 milhões de pessoas. Lobão agradeceu o convite e prometeu responder oportunamente.

O presidente interino do Senado também concedeu audiência ao presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Hassan Gebrim.



Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Hassan Gebrim, foi recebido em audiência por Edison Lobão

Maria do Carmo destaca a atuação da Maçonaria no país

Ao destacar a passagem do Dia do Maçom, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) ressaltou a importância da atuação da Maçonaria em diversos momentos históricos do Brasil, "refletindo o movimento libertário da Revolução Francesa, empenhando-se nas lutas em favor da Independência e desenvolvendo importantes trabalhos sociais e educativos para o aperfeiçoamento da sociedade e para o engrandecimento do país".

— Sabemos que a Maçonaria é uma organização séria, de atuação discreta mas vigorosa em seus resultados, que tem princípios éticos e doutrinários baseados na igualdade, na liberdade e na fraternidade, voltados para o aperfeiçoamento do cidadão, para o progresso e para o bem — afirmou.

Conforme Maria do Carmo,



Maria do Carmo: instituição está a serviço da sociedade

grandes vultos da História integraram a Maçonaria, entre eles dom Pedro I, Padre Antônio Feijó, José do Patrocínio, Castro Alves, Rui Barbosa, José Bonifácio, Gonçalves Ledo, Deodoro da Fonseca, Benjamim Constant, Quintino Bocaiúva, "e personalidades que participaram ativamente da

Revolução de 1817, em Pernambuco, da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República".

— Aplaudida em certos períodos da História, perseguida em outros, como por exemplo durante a Questão Religiosa, no início da República, e até durante algum tempo vítima da Inquisição, a Maçonaria se fortaleceu e se disseminou com admirável pluralidade, sendo hoje uma organização extraordinária a serviço do bem, do próximo, da sociedade e do país — disse a senadora.

Valadares reverencia a memória de Luiz Garcia

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) prestou homenagem em Plenário ao ex-governador do estado de Sergipe Luiz Garcia, falecido no último sábado. Valadares afirmou que o político foi um dos personagens marcantes de Sergipe, pertencendo à geração que comandou a redemocratização do país a partir de 1945.

Como deputado federal, Luiz Garcia atuou sempre com espírito público, disse o senador, mantendo-se fiel ao seu partido, a seus princípios e a sua formação ideológica. Ele destacou a atuação de Luiz Garcia em defesa dos postulados democráticos, do estado de direito e dos direitos da pessoa humana.

— Luiz Garcia estava à altura de Carlos Lacerda, de Aliomar Baleeiro, de Bilac Pinto, de outros líderes udeístas, exercendo no Parlamento nacional um papel crítico, quase sempre opoicionista aos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart — afirmou.

No governo do es-



Valadares: Luiz Garcia estava à altura de Lacerda e Baleeiro

tado, lembrou Valadares, Luiz Garcia empreendeu uma reforma administrativa, "lançando as suas vistas para o futuro", e criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Sergipe (Condese), que foi durante mais de duas décadas um instrumento de formulação de políticas públicas. Ele também fundou a Faculdade de Medicina, o Instituto de Previdência de Sergipe (Ipes) e o Banco de Fomento de Sergipe, hoje Banco do Estado de Sergipe.

Valadares recordou que no governo de Luiz Garcia foram dados os primeiros passos para a exploração dos recursos minerais no estado, graças à presença da Petrobras na prospecção de petróleo.

— Orador vibrante, jornalista político, crítico sensível, que acompanhou em Aracaju o surgimento do Movimento Modernista entre os poetas sergipanos, Luiz Garcia viveu uma biografia ilustre e sua morte empobrece o estado e o povo de Sergipe — concluiu.

Sérgio Machado defende a adoção do voto facultativo

Ele também apóia proposta em tramitação na Casa que estabelece novas regras para preenchimento de vaga de senador pelo suplente

Ao defender a adoção do voto facultativo, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) afirmou que a medida tem a aprovação da maioria da população brasileira, conforme pesquisas realizadas sobre o assunto. O voto obrigatório, na opinião do senador, fere a democracia ao se tornar uma imposição e não um direito.

Machado observou que o elevado índice de abstenção que pode haver com a implementação do voto facultativo não ameaça a legitimidade dos eleitos, uma vez que o modelo atual de eleição não computa os votos em branco e os nulos. O senador discorda do argumento usado por parcelas da sociedade contrárias ao voto facultativo, de que este favorecerá a troca por "pequenos favores". Em âmbito obrigatório, opinou Machado, a negociação do voto ocorre em grande escala.

O senador sustenta que o voto facultativo levará às urnas somen-



Voto obrigatório é imposição, e não direito, diz Machado

te o eleitor disposto a investir num futuro melhor. Dessa forma, disse, os partidos deverão escolher seus candidatos de acordo com as aspirações da comunidade e conscientizar o cidadão da importância do seu voto.

SUPLENTE

Relator da comissão especial do Senado

que estudou a reforma político-partidária, Sérgio Machado destacou a importância da aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que disciplina a substituição do senador pelo suplente nos casos de vacância e impedimento. A matéria tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em conjunto com outra PEC, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), e está sendo relatada pelo senador José Fogaça (PMDB-RS).

Segundo Sérgio Machado, a "mudança decisiva" da proposta é estabelecer que o suplente só ocupará a vaga de senador temporari-

amente. Essa regra vale nos casos de impedimento, licença superior a 120 dias ou posse do titular em outra função pública. Outro mérito da PEC assinalado pelo senador tucano refere-se à manutenção da eleição do suplente junto com o titular, em uma chapa fechada, o que confere "maior legitimidade" aos substitutos.

Pela proposta, se a vaga de senador for aberta faltando 60 dias ou mais para a realização de eleição regular, o suplente só ocupará a cadeira até a posse do substituto escolhido no pleito, para cumprir o restante do mandato do titular. Caso a vacância ocorra no penúltimo biênio do mandato do titular e a menos de 60 dias de eleição regular, o suplente deverá assumir a cadeira até o final do mandato.

Ao defender mudanças na suplência para o Senado, Sérgio Machado ressalva que não está questionando a legitimidade dos atuais senadores que eram suplentes. "Todos têm a mesma legitimidade diante do fato de terem sido eleitos dentro das regras em vigor", afirmou.

Catálogo eletrônico da Secs amplia divulgação do Senado

O novo serviço criado pela Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secs) por meio da Subsecretaria de Projetos Especiais — o Catálogo Eletrônico da Secs — amplia a divulgação dos trabalhos legislativos, dando maior acesso dos internautas aos vários outros serviços abertos ao público pela secretaria, conforme avaliação de três senadores.

Para o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), a inserção do catálogo na página eletrônica do Senado facilita bastante o acesso dos interessados às subsecretarias de comunicação e seus produtos.

Do ponto de vista da necessá-



Althoff: facilidade para acesso pelos internautas



Pedro Simon: acompanhamento dos trabalhos pelo povo

ria aproximação entre os parlamentares e suas atividades legislativas com a sociedade, segundo o senador Paulo Hartung (PPS-ES), o catálogo desempenha papel de importância, detalhando os meios de acesso às informações produzidas pelo complexo de comunicação do Senado.

Já o senador Pedro Simon

(PMDB-RS) afirmou que a iniciativa de criar o catálogo eletrônico soma-se aos serviços prestados pela Secs, que, a seu ver, permitem que hoje o povo acompanhe o trabalho dos parlamentares sem precisar esperar a notícia ser veiculada nos demais meios de comunicação.

Desde a última quarta-feira, e até o dia 31, o trabalho da secretaria está sendo apresentado em dois totens multimídia localizados à entrada do Plenário e no fim do corredor que leva à Ala das Comissões, conhecido como "Túnel do Tempo". O catálogo contém informações sobre os órgãos que compõem a comunicação social do Senado: Rádio, TV, Agência e *Jornal do Senado*, Relações Públicas, Divulgação e Projetos Especiais.

Os interessados podem obter informações sobre os diversos órgãos que compõem a comunicação social no *site* do Senado. Basta indicar no navegador o endereço www.senado.gov.br.

Fundo de Alimentação foi o destaque desta semana

Plenário também votou mensagens presidenciais indicando embaixadores e um membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica

A criação de um fundo de alimentação para atender em todo o país as gestantes carentes e as crianças de até 5 anos foi um dos principais projetos votados nesta semana pelo Senado. O objetivo da Casa é também estimular a regionalização da produção alimentícia, propiciando a pequenos e médios produtores empréstimos especiais que lhes permitam atender a essa demanda.

O Fundo Nacional de Alimentação será constituído com recursos do Orçamento da União, doações, legados, subvenções e auxílios de organismos nacionais e internacionais. Para controlar sua aplicação, os estados e municípios deverão criar conselhos com represen-

tes do poder público e da sociedade. Oriundo da Câmara, o texto foi votado nos termos de substitutivo do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) e ainda será examinado em turno suplementar.

Também nesta semana foi aprovado projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) criando um distrito agropecuário no município de Alto Alegre, em Roraima. Jucá defendeu a idéia dizendo que o distrito propiciará o desenvolvimento de atividades agrícolas, colonização, turismo e mineração naquela cidade.

Em votação secreta, o Plenário aprovou ainda mensagens presidenciais indicando dois diplomatas

para representar o Brasil no exterior. Vera Pedrosa Martins de Almeida foi aprovada para ser embaixadora do Brasil no Reino da Dinamarca. E Luiz Henrique Pereira da Fonseca foi escolhido para, junto com a embaixada na Finlândia, exercer o cargo de embaixador na Estônia.

O Senado também aprovou o nome de Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer para integrar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com mandato de dois anos. Da mesma forma, foi aprovado acordo comercial entre o Brasil e a Indonésia, destinado a expandir e fortalecer as relações comerciais entre os dois países.

Projeto aprovado na CAE isenta de Imposto de Renda salários educação e maternidade

A aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) isentando do pagamento de Imposto de Renda (IR) os valores recebidos pelos trabalhadores a título de salário-educação e salário-maternidade foi uma das mais importantes decisões tomadas nesta semana pelas comissões do Senado.

Bezerra argumentou que o salário-educação e o salário-maternidade nasceram de forte apelo social e que seus beneficiários estão na faixa de menor renda da população. Por esse motivo, ele entende que tais rendimentos não devem sujeitar-se à incidência de imposto. Se não houver recurso para exame da matéria pelo Plenário, o texto seguirá para a deliberação da Câmara.

Também nesta semana, com o objetivo de responsabilizar quem faça mau uso da Internet, a Comissão de Educação (CE) aprovou substitutivo do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) a projeto que torna obrigatório "o registro mínimo" das conexões entre usuários e provedores de acesso à Internet. O texto prevê a manu-



Aprovação do projeto de Carlos Bezerra na CAE tem caráter terminativo

tenção pelos provedores da Internet, por no mínimo um ano, do registro de todas as conexões efetuadas por seu intermédio.

MEDICAMENTO

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto permitindo que as farmácias vendam medicamentos a granel, na quantidade indicada pelo médico. Com isso, os consumidores não mais precisarão comprar medicamentos em excesso, contidos em caixas padronizadas pela indústria farmacêutica.

Por unanimidade, a CAS também aprovou projeto tornando gratuita a emissão, para todos os trabalhadores, dos extratos bancários

referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Na opinião de Sérgio Machado (PSDB-CE), autor do projeto, isso permitirá aos trabalhadores conhecer os valores exatos depositados em suas contas vinculadas.

FUTEBOL

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o futebol decidiu enviar à Câmara todos os documentos relacionados ao presidente do Vasco e deputado federal Eurico Miranda. Conforme observação do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), os documentos servem de subsídios para um possível processo por quebra de decoro parlamentar contra Eurico Miranda.



Plenário aprovou nesta semana fundo destinado a melhorar a alimentação de gestantes carentes e crianças de até 5 anos

Programa especial da Rádio Senado registra 40 anos da renúncia de Jânio

Os 40 anos da renúncia do presidente Jânio Quadros são tema de programa especial que a Rádio Senado leva ao ar amanhã às 18h e domingo às 9h. Com documentos sonoros gravados durante os meses que antecederam a renúncia, ocorrida em 25 de agosto de 1961, o programa também traz declarações do ex-presidente em campanha, no decorrer do conturbado período de governo e, depois, suas análises sobre a saída da Presidência.

A rádio ouviu testemunhas dos fatos que ainda atuam na política, como o hoje deputado federal Waldir Pires (PT-BA) e o então



Jânio Quadros

secretário da Presidência José Aparecido.

Há, ainda, uma análise da política internacional praticada pelo Brasil nos anos 60, com ênfase para as relações com a Argentina, presidida em 1961 por Arturo Frondizi. O

programa relata encontro entre os dois presidentes na cidade gaúcha de Uruguiana e apresenta registros históricos sobre suas posições em relação à Guerra Fria.

A Rádio Senado fez pesquisas também sobre a vida cultural do país de então e, para isso, contou com a ajuda de Ricardo Cravo Albin, fundador do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Especial — Guerra do Contestado
6h30 — Agenda Econômica — Luís Pinguelli Rosa, professor da UFRJ, fala sobre a crise de energia
7h30 — Entrevista — A sen. Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste
8h — Idéias — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
8h30 — Saúde/Unip — Dar no ombro
9h — Entrevista — A coordenadora do Ipea, Anna Maria Peliano, fala sobre a ação social das empresas
9h30 — Comissão de Assuntos Econômicos — Audiência pública com o Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles (gravado)
11h30 — Idéias — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos
12h — Especial — Guerra do Contestado
12h30 — Entrevista — A sen. Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste
13h — Fala Cidadão — A conexão do Senado com a sociedade
13h30 — Agenda Econômica — Luís Pinguelli Rosa, professor da UFRJ, fala sobre a crise de energia

14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — Entrevista — A coordenadora do Ipea, Anna Maria Peliano, fala sobre a ação social das empresas
19h — Especial — Guerra do Contestado
19h30 — Agenda Econômica — Luís Pinguelli Rosa, professor da UFRJ, fala sobre a crise de energia
20h30 — Entrevista — A sen. Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
14h15 — Senado Notícias
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — A Voz do Brasil
20h — Música e informação
22h — Senado Notícias — Edição da noite
23h — Vozes do Século 21

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Jader deverá explicar operações, diz Tuma

Segundo o coordenador da comissão que investiga denúncias de participação do presidente licenciado do Senado em irregularidades no Banpará, operação de desvio de dinheiro movimentou US\$ 4 milhões e beneficiou 49 pessoas

Apenas uma operação de desvio de dinheiro do Banco do Estado do Pará (Banpará) foi suficiente para movimentar cerca de US\$ 4 milhões e beneficiou 49 pessoas, segundo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), coordenador da comissão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que investiga denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). Tuma afirmou que alguns dos beneficiários da operação teriam relações de parentesco, de amizade ou empresariais com Jader Barbalho.

No depoimento marcado para as 10h de quarta-feira, dia 29, os integrantes da comissão deverão pedir a Jader que esclareça essa e outras operações do Banpará constantes dos relatórios elaborados pelo Banco Central.

— Jader terá de provar que as assinaturas dos cheques de aplicações com recursos do Banpará não são dele — disse Tuma. O senador também informou que o

nome do presidente licenciado aparece em seis operações irregulares realizadas no Banpará.

Romeu Tuma revelou que os membros da comissão ficaram surpresos com o volume das operações. E mostraram-se assustados com o fato — documentado — de as pessoas que aplicavam os recursos em fundos de investimento não terem se apropriado somente dos rendimentos — o que por si só já seria considerado ilegal —, mas também do valor total do capital aplicado.

De acordo com Tuma, os técnicos do Banco Central, Receita Federal e Senado que analisam a documentação sobre o caso Banpará separaram o material em dois grupos. No primeiro, estão os documentos relativos aos autores principais das irregularidades. No outro foram reunidos os registros das outras pessoas envolvidas com a preparação das operações e que acabaram aproveitando-se do esquema para tirar vantagens pessoais.

Senador pede proteção policial para Patruni

Coordenador da comissão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que apura denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, o senador Romeu Tuma encaminhou ontem ofício ao ministro da Justiça, José Gregori, solicitando proteção policial para o inspetor do Banco Central Abraão Patruni Júnior.

— Patruni é uma testemunha muito importante para os trabalhos da comissão e não pode correr risco de vida — justificou Tuma.

O inspetor depôs à comissão e trouxe, segundo os senadores, informações detalhadas e precisas sobre os desvios de dinheiro ocorridos no Banco do Estado do Pará (Banpará) em que o nome do senador Jader Barbalho aparece como envolvido.

Patruni é autor do primeiro relatório indicando a participação



O inspetor do Banco Central Abraão Patruni Júnior (à direita) depôs quarta-feira à comissão que investiga acusações contra Jader Barbalho

de Jader nas operações. Por isso também irá auxiliar nas análises que estão sendo feitas pelos integrantes da comissão e por outros peritos do Banco Central nos relatórios do BC, informou Romeu Tuma.

O senador disse que não teme as ameaças que tem recebido, frisando que não deixará de investi-

gar o que for necessário para esclarecer os fatos. Ele não quis entrar em detalhes sobre as ameaças e o autor.

— Eu tenho a vida limpa e por isso não dou ouvidos a essas ameaças. Tenho 40 anos de vida pública lutando contra a criminalidade. Não vai ser um palhaço que vai me intimidar.

Comissão pode solicitar mais prazo

Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM) anunciaram ontem que, caso a comissão especial do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não consiga concluir as investigações sobre eventual participação do presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), em casos de desvio de dinheiro público, mais prazo será solicitado para os trabalhos.

A data prevista para a entrega do relatório é 3 de setembro, mas a comissão pode pedir mais 15 dias para aprofundar a análise dos dados levantados e ouvir outras testemunhas sobre o caso Banpará, explicou Tuma.

— Eu gostaria de entregar na data esperada, mas os elementos que estão sendo encontrados são abundantes e nós não vamos fazer o serviço pela metade — declarou, acrescentando que os dados exigem análise minuciosa. Tuma disse também que, antes de elaborar o relatório, pretende apresentar as conclusões da comissão aos demais integrantes do Conselho de Ética e com eles discutir o texto.

Tuma comunicou ainda, em entrevista à imprensa, que preten-



Romeu Tuma e Jefferson Péres consideram que prazo inicial, 3 de setembro, pode ser insuficiente para concluir as investigações

de convidar para depor na próxima semana o gerente da agência Jardim Botânico do Banco Itaú, no Rio de Janeiro, Getúlio Mota Neto, que ocupava o cargo na época dos desvios do Banpará — 1984 a 1987. Na agência eram feitas as aplicações financeiras com recursos do Banpará apontadas como irregulares.

VOLTA DE JADER

Ao comentar a intenção de Jader Barbalho de reassumir a Pre-

sidência do Senado em 20 de setembro, Jefferson Péres disse que não acredita nessa possibilidade.

— Não há clima para isso. Não tem como o senador reassumir enquanto estiver sendo investigado e, como é um político experiente, sabe disso. Seria um constrangimento que poderia gerar uma crise na Casa — comentou Jefferson. O senador Romeu Tuma não quis se pronunciar sobre o assunto.

Conheça os serviços da Comunicação Social do Senado

O Catálogo de Serviços da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal já está disponível na Internet. Essa publicação apresenta as atividades da Secretaria de Comunicação Social - SECS, com destaque para os serviços que ela disponibiliza aos senadores, à comunidade legislativa e à sociedade em geral.

Acesse o catálogo no endereço:
www.senado.gov.br/catalogo_secs



Subsecretaria de Projetos Especiais - C&D

Calheiros: importação ameaça cultura do coco

Senador aponta casos de triangulação comercial, risco de pragas nas lavouras e queda inexplicável de preços

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) pediu ao governo federal atenção especial para os problemas que vêm sendo verificados na importação do coco. De acordo com denúncias do senador, há casos de triangulação comercial, risco de infestação de lavouras brasileiras com pragas exóticas e, ainda, queda inexplicável nos preços depois da elevação da taxa de importação. Calheiros informou que, segundo o Sindicato Nacional de Produtores de Coco, 4 milhões de trabalhadores vivem direta ou indiretamente dessa cultura, sendo que o Nordeste responde por 85% da produção nacional.

O senador contou que há um ano e meio solicitou atenção, ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, à Receita Federal e ao Ministério Público, para a ocorrência de triangulação nas importações de coco. De acordo com Calheiros, depois de o governo brasileiro fixar direitos compensatórios para o coco importa-



Renan Calheiros: preços do coco importado caíram depois do aumento das taxas de importação

do da Indonésia, Filipinas, Malásia e Costa do Marfim, os importadores passaram a trazer o produto da Suíça. "A triangulação é uma prática comercial ilícita, de acordo com a Organização Mundial do Comércio", afirmou.

Outro problema apontado pelo senador na compra do coco subsidiado dos países africanos e asiáticos é que, conforme laudo técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Centro de Pesquisas Agropecuárias dos Tabuleiros Costeiros, o produto importado pode infectar lavouras nacionais com pragas até então inexistentes no Brasil. "Nesse caso, há duas manifes-

tações contraditórias: o primeiro parecer técnico aponta o risco e o segundo parecer técnico desautoriza o primeiro. É com base no segundo laudo e liminares na Justiça que os importadores prosseguem na farrá da importação", declarou.

O senador afirmou também que, após a elevação das taxas de importação em outubro de 2000, os preços FOB do coco importado caíram estranhamente. Até julho de 2000, o preço médio do quilo do coco era de US\$ 1,42. Em fevereiro deste ano, o valor chegou a US\$ 0,71. "É preciso proceder a uma revisão fiscal nos casos de importação", sugeriu.

Preservação de tartarugas preocupa Gilvam Borges

A transferência das atribuições e atividades do Centro Nacional de Quelônios da Amazônia (Cenaqua) para o Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios Nacionais (RAN), ocorrida em abril deste ano, preocupa o senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Ele afirmou ter causado perplexidade a iniciativa governamental, que qualificou de centralizadora.

De acordo com o parlamentar, o Cenaqua vinha nos últimos 21 anos conseguindo recuperar os estoques populacionais de várias espécies de tartaruga, tendo devolvido à natureza 30 milhões de filhotes a partir de 115 sítios reprodutivos nos estados da Região Norte e também em Goiás e Mato Grosso.

Além de garantir a sobrevivên-

cia dos quelônios, a entidade ajudava na preservação dos ecossistemas e da cultura das populações locais e ainda fornecia alternativa econômica para a região, com a criação comercial de tartarugas. O senador informou que, atualmente, há 80 criadouros registrados, totalizando 700 mil animais.

Gilvam Borges ressaltou que a entidade também trabalhava em educação ambiental, promovendo palestras e seminários em escolas e também junto às comunidades ribeirinhas.

— Se a intenção é aproveitar a experiência acumulada pelo Cenaqua na recuperação de tartarugas, estendendo-a aos répteis e anfíbios, não se compreendem as razões que obstariam a criação de outra unidade análoga ao Cenaqua e a eles dedicada, o que



Gilvam: Cenaqua devolveu 30 milhões de filhotes de tartaruga à natureza

evitaria os transtornos da transferência — afirmou.

Gilvam manifestou receio de que a centralização das atividades do RAN em Brasília venha a prejudicar a execução de uma tarefa que, por sua própria natureza, tem de ser feita em outras regiões. Acrescentou que a transferência dos funcionários de Goiânia, onde funcionava o Cenaqua, pode causar-lhes transtornos que irão comprometer seu desempenho profissional.

Alberto Silva destaca vantagens do biodiesel

Em entrevista concedida à TV Senado, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) explicou o Projeto Biodiesel, que consiste em produzir óleo diesel a partir de óleo de mamona. Ele ressaltou a eficácia do projeto no combate aos problemas decorrentes da seca nordestina, frisando que a produção de mamona, que é resistente à seca, pode garantir emprego aos lavradores da região.



Alberto Silva propõe uso da mamona para a produção de óleo diesel

Desenvolvido pela Universidade Federal do Ceará em conjunto com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), à época presidida pelo senador, o biodiesel conta, atualmente, com o apoio da Embrapa, do Ministério da Reforma Agrária e da Universidade Federal do Piauí. O combustível resultante é renovável, ecologicamente correto e tem uma viscosidade maior. Para ser utilizado, precisa ser misturado na proporção de 20% de biodiesel para 80% de diesel comum.

As usinas transformadoras de óleo de mamona, explicou Alberto Silva, serão implantadas pela

iniciativa privada e poderão contar com linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nos próximos 60 dias, disse, estará sendo montada uma usina modelo na Universidade Federal do Piauí com o intuito de atrair investidores.

O Projeto Biodiesel, destacou o senador, pode estimular o cultivo conjugado de feijão e mamona. Nos períodos de seca, apenas a colheita de feijão estará ameaçada. Ele disse também que o biodiesel pode ser viável com o auxílio do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Teotonio defende ajuda a produtores de leite

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) informou que os produtores de leite do estado de Alagoas estão prestes a receber algum alento para manter suas atividades, superando dificuldades que prejudicam o setor. O senador acredita que se as ações imediatas da Secretaria Adjunta da Seca, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, incorporarem três propostas formuladas pelos produtores, haverá solução eficaz para a crise que atinge o setor leiteiro de Alagoas e de todo o semi-árido nordestino.

As propostas, elaboradas pelos produtores de leite em reuniões ocorridas no gabinete do senador e colocadas em documento entregue ao secretário-adjunto da Seca, Raulino Oliveira, são as seguintes: expurgo da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) das operações rurais com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste, conforme projeto de lei do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), em tramitação no



Teotonio: propostas visam resolver problemas estruturais e conjunturais

Senado; suspensão das execuções das operações de crédito rural realizadas com o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste; e prorrogação das operações de custeio e de investimento rurais por um período de dois e três anos.

Conforme Teotonio, as propostas buscam resolver problemas estruturais e conjunturais — estes, decorrentes das políticas governamentais de ajuste fiscal — que impõem perdas financeiras a um setor que, "uma vez que o leite não é um produto qualquer", deve retomar condições de manutenção das suas atividades.